



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E FEMINISMOS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Larissa Meira de Vasconcelos
meiravasconcelos@gmail.com
Charliton José dos Santos Machado
charliltonlara@yahoo.com.br
Kalyne Barbosa Arruda
lynbarbosa89@gmail.com
(UFPB)

Resumo

Este artigo é fruto de reflexões gestadas no interior do projeto “Educação e Educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações (1910-1920)”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Educação e Sociedade (HISTEDBR/GT PB), no qual professores, alunos de graduação e pós-graduação se debruçam - por meio da imprensa, arquivos institucionais e vasta bibliografia - nas práticas e representações de educadoras femininas. O presente artigo visa aproximar diálogos possíveis entre duas mulheres distantes, do ponto de vista temporal, mas que comungam práticas políticas e reflexões semelhantes: a educadora e escritora libertária Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e a professora e filósofa pós-estruturalista Judith Butler (1956-). Além de reconhecida bibliografia sobre o assunto, foi utilizado como fonte para confecção deste artigo, material coletado em pesquisa realizada nos jornais da Paraíba publicados nas duas primeiras décadas do século XX. A utilização da imprensa como fonte histórica educacional permite apreender determinados valores sociais vigentes. O que se pretende alcançar, portanto, é um exercício de aproximação e síntese, no qual se enfatiza a importância de refletirmos sobre a historicidade dos conceitos e das categorias de análise, a fim de questionar a linearidade entre o passado e o presente.

Palavras-chave: Feminismo. Pós-Feminismo. Educação. Sexualidade

Considerações Iniciais

Este artigo é fruto de reflexões gestadas no interior do projeto “Educação e Educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações (1910-1920)”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Educação e Sociedade (HISTEDBR/GT PB), no qual professores, alunos de graduação, mestrado e doutorado se debruçam - por meio da imprensa, arquivos institucionais e vasta bibliografia - nas práticas e representações de educadoras femininas. O presente artigo visa aproximar diálogos possíveis entre duas mulheres distantes, do ponto de vista temporal, mas que comungam práticas políticas e reflexões semelhantes: a educadora e escritora libertária Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e a professora e filósofa pós-estruturalista Judith Butler (1956-). O que se pretende alcançar é um exercício de aproximação e síntese, no qual se





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

ênfatisa a importância de refletirmos sobre a historicidade dos conceitos e das categorias de análise, a fim de questionar a linearidade entre o passado e o presente.

Como consequência de uma proposição metodológica, a história das lutas feministas costuma ser periodizada em três etapas principais (CHAMBOULEYRON, 2009): a primeira fase, datada do século XVIII ao início do século XX, consiste na luta à participação política, no qual o direito pelo sufrágio universal destacou-se como principal tema. Como marcos dessa “Primeira Onda”, destacamos, no Reino Unido, o *Representation of the People Act*, que, em 1918, garantiu o direito ao voto às mulheres acima de 30 anos detentoras de propriedade; nos Estados Unidos da América, a Emenda 19 à Constituição Americana que assegurou o direito ao voto às mulheres em todos os estados da federação; e no Brasil, o decreto 21.076, de 1932, que instituiu junto ao voto secreto, o voto feminino que seria incorporado à Constituição de 1934. (MACHADO; NUNES; MENEZES, 2009). A “Segunda Onda”, pós-segunda guerra mundial, criticava a suposta harmonia espontânea dentro das relações familiares. Com o slogan “O pessoal é político”, questionava-se a dicotomia entre público e privado. Aliava-se a crítica contra a desigualdade de participação política, a crítica contra a desigualdade social e cultural. Em suma, entendia-se que a equidade na esfera pública estava condicionada à equidade na esfera doméstica. (CHAMBOULEYRON, 2009). Almejava-se, ainda, o conhecimento, o acesso à informação e ao saber acumulado das mulheres sobre si próprias, assim como o reconhecimento de seu papel como agentes da História. A “Terceira Onda”, contextualizada em meados da década de 1980, e intitulada Pós-Feminismo, subverte o sentido de “Identidade Feminina”, desconstruindo-a, a fim de revelar as contingências e descontinuidades no processo de sua construção histórica¹. Desmistifica-se, portanto, as categorias universais. Para o pós-feminismo, “a fixação de uma identidade será sempre reducionista e excludente” (CHAMBOULEYRON, 2009, p. 20). Recusa, por conseguinte, considerar a categoria “Mulher” ou “Mulheres” como algo definido e hermético, uma vez que esta unidade,

¹ Entendemos ser um desafio evitar definições redutoras ou demasiado apressadas sobre o “pós-feminismo”, dado seu caráter recente e complexo. Para evitar possíveis mal entendidos, pois o termo apresenta variantes em sua definição, esclarecemos que, neste artigo, a corrente pós-feminista apresentada encontra-se alinhada ao discurso pós-moderno e pós-estruturalista. O conceito, tal como é entendido por Judith Butler, traduz a “existência, hoje, de uma multiplicidade de feminismos, ou de um feminismo ‘plural’, que reconhece o fator da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre outro, sem, contudo, pretender fazer tábula rasa das batalhas ganhas, nem reificar ou ‘fetichizar’ o próprio conceito de diferença” (MACEDO, 2006, p. 814).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

entre uma multiplicidade de características humanas e socioculturais, é fictícia. As políticas de identidade expressam anseios de apenas uma parcela do grupo ao qual representa. Todavia, “é esta pequena parcela do todo quem ocupa a posição privilegiada nas relações de poder, que constituem a identidade de gênero” (CHAMBOULEYRON, 2009, p. 20). Em termos mais simples, isso reflete a tese de que as “mulheres” do feminismo variaram ao longo do tempo, conforme as distinções histórico-geográficas. No entanto, sempre representaram as aspirações da mulher ocidental, branca e socialmente privilegiada, reproduzindo, paradoxalmente, o modelo semelhante ao qual combatia.

A periodização exposta acima, na qual se encontram, em ordem cronológica, as “fases” ou “ondas” encaixadas quase que perfeitamente, pertencem a uma visão simplista do processo, encobrindo a diversidade dos caminhos e descaminhos que marcaram as práticas e reflexões feministas. Ou seja, para encadear-se os processos no campo do conhecimento, perde-se algo da riqueza destas ações (GONÇALVES, 2006). Partindo deste pressuposto, o presente artigo visa aproximar diálogos possíveis entre duas mulheres distantes, do ponto de vista temporal, mas que comungam práticas políticas e reflexões semelhantes. Trata-se da educadora, conferencista e escritora libertária Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e da professora universitária Judith Butler (1956-). A primeira, nascida no interior do estado de Minas Gerais, destacou-se por sua atuação visceral na defesa à emancipação de mulheres e homens, no respeito às diferenças e liberdades individuais e na luta da autonomia pela educação. Escandalizou até mesmo feministas das décadas de 1920/30 pelo discurso ácido voltado às temáticas desconfortáveis às mulheres da elite como a “maternidade consciente”, a “prostituição” e o “amor livre”. Já a segunda, nasceu em um contexto pós-segunda guerra mundial e desponta como uma das intelectuais contemporâneas mais importantes do denominado pós-feminismo. Suas reflexões aproximam-se das análises pós-modernas e pós-estruturalistas, na medida em que tece críticas ao pensamento liberal iluminista do sujeito racional-universal, recusa o sistema dicotômico do feminino/masculino, analisa a categoria *gênero* como fruto de discursos construídos sobre relações de poder e pretende reconstruir o sujeito do feminismo como plural e contingente. O que se pretende alcançar é um exercício de aproximação e síntese, no qual se enfatiza a importância de “estarmos atentos à historicidade dos conceitos e das categorias de análise, rompendo com uma linearidade fictícia





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

entre o passado e o presente, uma vez que narrativas históricas exigem novos focos de explicações” (POSSAS, 2007, p. 199).

Maria Lacerda de Moura (1887-1945)

A surpresa e a dificuldade de enquadrar Maria Lacerda entre as coordenadas sociais, políticas e históricas previamente conhecidas constituíram condições constantes deste trabalho, que provavelmente não poderia chegar a conclusões. Confundida ora com uns, ora com outros, acabou sofrendo a repressão equivalente por parte tanto de pessoas, como de grupos políticos, religiosos, e ainda do aparelho governamental (LEITE, 1984, p. XI).

A dificuldade em classificar Maria Lacerda de Moura (MLM), informada por Liliam Moreira Leite logo nas primeiras páginas do livro “Outra Face do Feminismo”, obra de referência, no tocante a biografia da escritora, é sintomática. Por meio de uma visão de mundo reflexiva, MLM foi transversal em suas críticas ao autoritarismo na família, na sociedade, na educação e na organização política. Nascida em Manhuaçu (MG), na fazenda Monte Alverne, em 1887, MLM mudou-se com os pais (Modesto de Araújo Lacerda e Amélia de Araújo Lacerda), irmão e irmã para a cidade de Barbacena aos quatro anos de idade (LEITE, 1984). Sua escolarização no externato de freiras do Asilo de Órfãos da Cidade contribuiu para forjar em seu seio críticas severas ao clericalismo, “atribuindo ao clero católico, por seu poder junto às famílias e, em particular, junto às mulheres e às escolas, o exercício e a propagação da subserviência da mulher como um dogma” (MACEDO, 2003, p. 96).

Ainda em Barbacena, escreve o primeiro livro intitulado “Em torno da Educação” (1918), obra em que manifesta apoio à instrução autônoma e igualitária para homens e mulheres. “A educação, como um direito e necessidade, sempre esteve presente entre as primeiras reivindicações das mulheres e é considerada pré-requisito para um outro posicionamento na relação homem-mulher”. (MACEDO, 2003, p. 93). Nos jornais do início do século XX, pode-se observar, no entanto, diferenças curriculares destinadas ao ensino de meninos e meninas:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O Instituto Bananeirense possui um corpo docente perfeitamente apto para ministrar o ensino aos rapazes: portuguez e hystoria do Brasil, Synesio Guimaraes; francez e geographia, Francisco Coitinho; arithmética, álgebra e inglez, prof. Pedro de Almeida; latim, Conego Christovão Ventura; historia natural, pharm. José Fábio; chimica e historia universal, dr. Ascendino Filho; phyca, geometria e trigonometria, acadêmico Odon Bezerra Cavalcanti; musica, professor Manuel Leite. Tem Bananeiras outro importante estabelecimento de ensino destinado ao *bello sexo* e dirigido por Irmãs da Sagrada Família, onde as jovens da alludida cidade podem fazer um curso quase completo de línguas, economia domestica e piano (A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 1, n. 103, ano XXVII, mai. 1919)²

Raquel Soieht (2000, p. 36, apud MACEDO, 2003, p. 93) destaca que “era proibida a educação comum dos dois sexos, devido à rígida moral católica e à certeza da ciência hegemônica na época, acerca das diferentes aptidões de homens e mulheres”. Ainda sobre a educação da mulher, Leite (1984, p. XVI) enfatiza que a educação da mulher deveria restringir-se a uma preparação para ser esposa e mãe, já que havia um “consenso social e religioso de que, sem condições naturais de se aperfeiçoar, era preciso proteger a mulher dos males da civilização. Caso contrário, ela correria o risco de se perder”. Louro (1997, p.19) reforça essa compreensão ao afirmar que:

[...] a instituição escolar exerceu, desde seus inícios, uma ação distintiva, uma ação diferenciadora, não apenas por tomar os que nela entravam distintos dos outros (daqueles/as que a ela não tinham acesso), mas também por dividir internamente os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização [...]

A quantidade de associações femininas e feministas, que se multiplicaram na década de 1920, de caráter filantrópico, político, sufragista ou profissional exprime a urgência em encontrar novos caminhos para superar os obstáculos tradicionalmente interpostos às mulheres (LEITE, 1984), em particular, nas questões relacionadas à cidadania política e educacional. MLM associou-se a algumas dessas associações³. No entanto, depois de entrar em conflito com diversas organizações feministas, concluiu que o caminho que procurava para uma vida mais justa não

² O trecho supracitado integra pesquisa realizada no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP-PB), nos jornais referentes às duas primeiras décadas do século XX, dentro do projeto Educação e educadoras na Paraíba: práticas e representações (1910-1920) - a imprensa como fonte histórica educacional, projeto vinculado ao HISTEBR.

³ “Nesse perfil enquadra-se a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, fundada em 1919 por Bertha Lutz e algumas colaboradoras, entre elas, a educadora e escritora Maria Lacerda de Moura” (MACEDO, 2003, p. 97).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

passava pelo viés institucional. Ainda em Barbacena, após a publicação de seu primeiro livro, entra em contato com José Oiticica⁴ e a literatura anarquista, aproximando-se do anarco-individualismo⁵.

Em 1921, quando se muda para São Paulo, aproxima-se ainda mais do anarquismo e, em 1924, quando publica o seu mais famoso livro “A mulher é uma degenerada?”, afasta-se definitivamente do movimento sufragista liderado por Bertha Lutz. A compreensão de que o combate por formas alternativas de vida não se restringe à política partidária, abriu espaço para que MLM identificasse outros aspectos dessa luta no cotidiano feminino⁶.

[MLM] dedicava-se a examinar as formas de vida a que a sociedade sujeita a mulher, aquelas a que ela se apegava, e os meios de emancipá-la do medo, da resignação passiva e da subserviência, pela conscientização de sua participação social. Afastou-se ainda mais do movimento feminista sufragista ao considerar o voto um processo inadequado de luta pelo poder, que iria beneficiar umas poucas mulheres sem trazer coisa alguma à multidão feminina, vítima de uma organização social injusta (LEITE, 1984, p. XVI).

O movimento sufragista, associado a um “feminismo bem-comportado, católico, elegante, um feminismo ‘feminino’, como se costumava identificá-lo” (MACEDO, 2003, p.100), era composto por um grupo de mulheres de alto padrão social, que aos poucos foram se organizando para defender mudanças que levariam à conquista do voto feminino em 1932.

Sendo, em sua maioria, mulheres de famílias ricas, com acesso à educação superior e força política, dadas as ligações familiares e de classe, tiveram meios e capacidade para se valer das brechas políticas proporcionadas pelo anti-sufragismo e criar condições para participar do sistema eleitoral vigente, escolhendo seus representantes (LEITE, 1984, p. 37).

⁴ José Rodrigues Leite e Oiticica nasceu em Oliveira (MG), em 1882. Filólogo e professor, foi destacado militante anarquista nas primeiras décadas do século XX. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose_oiticica, acesso em 30/03/2012.

⁵ Anarco-individualismo: corrente anarquista fundada por Max Stirner. Em sua obra *O único e sua propriedade* (1844), este autor procura demonstrar como, através da história, a humanidade foi levada a se sacrificar por ideais abstratos (fantasmas). Estes ideais, ao invés de trazerem felicidade, apenas serviram de fachada para que uma minoria de indivíduos egoístas se beneficiassem do trabalho da maioria da população. Disponível em <http://por.anarchopedia.org/Anarcoindividualismo>, acesso em 30/03/2012.

⁶ Esta reflexão sobre as práticas adotadas por Maria Lacerda de Moura indica a “ilusão da unidade” em torno da categoria mulher(es) e a necessidade de reconhecer a multiplicidade de indivíduos em detrimento do sujeito universal, análise retomada por J. Butler, na década de 1990, a qual iremos aprofundar logo mais.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O sufragismo defendia o que CERTEAU (1994, p. 104, apud MACHADO; NUNES; MENEZES, 2009, p.17) denomina “táticas de poder”, constituídas por “gestos hábeis do fraco, na ordem estabelecida pelo forte, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidade das manobras, operações polimórficas”. Trata-se, portanto, de agir de forma moderada, aproveitando-se de brechas e interstícios deixados displicentemente pelo adversário.

Faz-se inteligível, pois, o espanto do “feminismo elegante” diante dos questionamentos contumazes sobre a moral sexual (Religião do amor e da beleza (1926), Han Ryner e o amor plural (1928)), o menor abandonado, a ignorância, a miséria, a prostituição a maternidade consciente (Amai e nos vos multipliquei (1932)) levantados por MLM em seus escritos. Por sua educação refinada, as sufragistas ocupavam profissões liberais. “Para elas, lutar contra as múltiplas faces do preconceito antifeminista, explícito ou travestido, não parecia muito oportuno” (MACEDO, 2003, p. 93).

Maria Lacerda de Moura defendia uma ruptura estrutural com os padrões estabelecidos pela família burguesa, o que significava pensar no fim do casamento legalizado, no direito à maternidade opcional, assim como no direito ao amor livre. Na avaliação da educadora, “as sufragistas não propunham rupturas, pois queriam integrar-se ao sistema adotando a caridade e o assistencialismo como práticas, ao invés de combaterem à exploração” (MIRANDA, 2006, p. 15).

Sobre a problemática relação entre as sufragistas e as anarquistas, Margareth Rago afirma que

[...] o contato entre as anarquistas e as feministas liberais praticamente não existiu ou foi bastante tenso, já que estas não só condenavam aquelas como radicais, procurando manter uma profunda distância do que ironicamente definiam como “feminismo revolucionário”, destruidor dos lares e “anárquico”, como muitas vezes, até desconheciam a cultura operária que se produzia e cultivava nas imediações. (RAGO, 1998, pp. 21-22, apud MIRANDA, 2006, p. 16).

Crítica à representatividade, MLM se negou a falar em nome de qualquer entidade abstrata por entender que o exercício da liberdade se dá através da consciência de si. Portanto, falar em





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

nome da “mulher brasileira” significava assumir posturas estranhas a ela. Um único indivíduo não poderia, pois, representar uma coletividade sem ferir as individualidades que lhe compõem.

Maria Lacerda não mantinha posicionamento sectário em relação aos homens. A emancipação que defendia era primordialmente humana.

Ao mesmo tempo em que falava de uma mulher submissa e também responsável por sua submissão (sem colocar a mulher como vítima do processo de subordinação), visualiza um homem curvado diante de uma sociedade injusta, desigual e aviltante (MIRANDA, 2006, p. 17).

Sugeria, portanto, uma educação que subvertesse os papéis socialmente definidos, no qual homens e mulheres fossem educados de forma integral para que ambos participassem das esferas do trabalho e da vida doméstica. Isto indica que as naturalizações da mulher-passional ou do homem-racional são, em ambos os casos, armadilhas discursivas vivenciadas cotidianamente. É interessante a percepção de nossa personagem, uma vez que ela aponta para a problemática a partir de um ponto de vista relacional, ou, ainda que não tenha utilizado essa categoria em seus escritos, como uma questão de *gênero*. Adiante, abordaremos este conceito de forma mais aprofundada sob a ótica de Judith Butler.

Os conflitos entre as sufragistas e as anarquistas demonstram que a luta pela emancipação feminina não foi um movimento homogêneo. Diversas concepções sobre o significado de emancipação estiveram envolvidas neste projeto, o que, por sua vez, levou à constituição de diferentes plataformas de luta. As reflexões e práticas de MLM reverberam em nosso presente. Ainda nas primeiras décadas do século XX, a educadora libertária pensa as “mulheres” não enquanto uma categoria una, mas como indivíduos ou grupos marcados por diferentes tempos, espaços e referenciais de vida.

Judith Butler (1956)

Entendemos ser um desafio evitar definições redutoras ou demasiado apressadas sobre o *pós-feminismo*, dado seu caráter recente e complexo. Para evitar possíveis mal entendidos, apresentamos um breve histórico do termo. O pós-feminismo apresenta variantes em sua





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

definição. Algumas correntes encontram-se próximas ao discurso do pós-modernismo, uma vez que ambos têm por objetivo desconstruir a categoria *gênero*, entendido enquanto fixa e imutável.

Este movimento inicia-se no final da década de 1960, na França, entre as teóricas da ‘diferença’ (Julia Kristeva e Hélène Cixous, entre outras), que, tendo por base a teoria psicanalítica, defenderam que as subjetividades masculina e feminina são intrinsecamente distintas, considerando a subjetividade como um conceito polifônico e inconstante (MACEDO, 2006, p. 813).

Outras correntes do pós-feminismo consideram que as principais reivindicações de igualdade entre os sexos foram já satisfeitas e que o feminismo deixou de representar adequadamente as preocupações e anseios das mulheres de hoje.

Esta visão de um feminismo em versão conservadora e acomodada, tem, por sua vez, sido identificada com o chamado *backlash* ideológico do feminismo, a que chamaremos ‘contra-feminismo’, e defendido por mulheres como Camille Paglia ou Christina Hoff Sommers (MACEDO, 2006, p. 814).

O termo pós-feminista possui ainda outra acepção. Esta corrente - a qual utilizaremos como referência durante o artigo - reafirma as batalhas já ganhas pelas mulheres e reivindica a necessidade de fortalecer as lutas, exigindo que as mulheres se tornem mais empenhadas nas suas ações em várias frentes, tal como afirma Judith Butler.

O conceito de pós-feminismo poderá, assim, traduzir a existência hoje de uma multiplicidade de feminismos, ou de um feminismo ‘plural’, que reconhece o fator da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre outro, sem, contudo, pretender fazer tábula rasa das batalhas ganhas, nem reificar ou ‘fetichizar’ o próprio conceito de diferença (MACEDO, 2006, p. 814).

É neste sentido que RAGO (2012, p. 1) defende o termo, “não como um marco temporal, implicando em um momento pré e um pós”, mas como reconhecimento de novas formas nas problematizações e nas relações que se travam no interior desse movimento. O pós-feminismo





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

não declara a morte do feminismo. Pelo contrário, celebra as vitórias do passado e reinventa-se continuamente.

A intelectual norte-americana Judith Butler emerge como figura polêmica nas discussões envolvendo o pós-feminismo. Em ressonância com o pós-estruturalismo⁷, a escritora propõe uma re-definição do sujeito do feminismo. Ela recusa utilizar “mulher” ou “mulheres” como categorias universais e fixas. “O sujeito do feminismo passa a ser compreendido como algo construído discursivamente, em contextos políticos distintos, a partir de articulações e alianças” (MARIANO, 2005, p. 12). Em termos mais simples, Judith Butler afirma que sob a pretensa unidade de uma categoria globalizante, rejeita-se uma pluralidade de intersecções sociais, culturais e políticas que exclui e ignora outras dimensões da vida dos indivíduos, como classe, etnia, preferência religiosa, orientação sexual etc. Existem, afinal, múltiplos eixos de relações de poder. A crítica ao sujeito universal é transferida para crítica à “mulher universal”. Afinal, quem é essa “mulher universal” que fala em nome de todas as outras? Judith Butler sustenta que há assimetrias de poder entre as próprias mulheres. É preciso, pois, recuperar as tensões e os jogos de poder, no qual a “mulher universal” foi forjada, a fim de revelar os interesses aos quais esta representa.

Para realizar tal intento, Butler utiliza como instrumento em sua investigação a “crítica genealógica”. Em diálogo constante com Michel Foucault⁸, ela se recusa

[...] a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, investiga as apostas políticas, designando como *origem* e *causa* categorias de identidade que, na verdade, são *efeitos* de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos (BUTLER, 2008, p. 9).

Partindo deste pressuposto, Butler não utiliza o termo *gênero* como uma interpretação sociocultural de *sexo*. Segundo a intelectual, tanto *sexo*, quanto *gênero* são construções socioculturais. Nem mesmo as características biológicas dos seres humanos são um terreno sólido

⁷ Judith Butler está em constante diálogo com Jacques Derrida e seu método da “desconstrução”, o qual pretende desmontar a lógica interna das categorias, a fim de expor suas limitações. O “feminismo pós-estruturalista” questiona esquemas dicotômicos, pois “as oposições não são naturais, mas construídas; e construídas para propósitos particulares em contextos particulares. O sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais, por sua vez, encontram-se marcados por relações de poder” (MARIANO, 2005, p. 483).

⁸ Ver: FOUCAULT, M. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

para se firmar identidades. O corpo, portanto, não é uma superfície politicamente neutra sobre a qual a cultura incide, mas um produto de discursos científicos que expressam interesses (BUTLER, 2008). Assumir o *gênero* como interpretação cultural do *sexo* implica em afirmar que os seres humanos encontram-se divididos em dois sexos naturais. Mas o que dizer de hermafroditas ou transexuais? Seriam aberrações da natureza, casos patológicos de desvio de conduta, no qual o trinômio Corpo-Sexo-Gênero não se encontra em ressonância?

A heteronormatividade está implícita no sistema sexo-gênero [...] porque ele comporta apenas o binarismo homem-mulher. Este sistema supõe uma correspondência entre natureza e cultura. As pessoas que de algum modo rompem com essa correspondência são relegadas à condição de párias sociais (CHAMBOULEYRON, 2009, p. 28)⁹.

As *Drag Queens* são, por sua vez, exemplos de uma existência paradigmática. Em suas performances expõem publicamente a possibilidade de dissonância entre sexo, sexualidade e gênero. Por conseguinte, revelam que a divisão dos seres humanos entre identidades femininas e masculinas é uma ficção. Para Butler,

[...] desconstruir o conceito de matéria ou de corpo não é negar ou recusar ambos os termos, mas usá-los subversivamente, deslocá-los dos contextos nos quais foram dispostos como instrumentos do poder opressor (BUTLER, 1998, p. 16).

A escritora defende-se das críticas que consideram as suas reflexões fruto de um relativismo extremo e incapazes de propor ações politicamente engajadas. Afinal, como entender e engajar-se coletivamente na luta contra a violência material a que as mulheres estão continuamente submetidas se a categoria “mulheres” não existe? Butler responde que

Se o feminismo pressupõe que ‘mulheres’ designa um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e re-significação. Desconstruir o sujeito do feminismo não é, portanto, censurar sua utilização, mas, ao contrário, libertá-lo das ontologias materiais (BUTLER, 1998, p. 15).

⁹ “Heteronormatividade: regra disciplinar fundamental de identidade de gênero que estabelece a heterossexualidade como princípio regulatório da sexualidade” (CHAMBOULEYRON, 2009, p. 28).





Afinal de contas, a ‘unidade’ é um elemento necessário à ação política efetiva? Butler não acredita em um vínculo *a priori*. “Os vínculos são históricos, contingentes e variáveis. A luta contra a subordinação tem que ser estabelecida de formas específicas e diferenciais” (MARIANO, 2005, p. 16). A busca da unidade tem, portanto, caráter normatizador e excludente o que pode desmotivar a ação política feminista. A tentativa de unificação acaba por produzir resistências e formação de facções no interior do feminismo. A escritora acredita que a crítica ao essencialismo e a defesa da diferença podem contribuir, sobremaneira, para o revigoramento da prática política feminista.

Considerações finais

No presente artigo, demonstramos como a luta pela emancipação feminina não é homogênea. Várias mulheres estiveram envolvidas neste projeto, ainda que com concepções distintas acerca do significado de emancipação. A constituição de diferentes plataformas de luta ratifica a tese de que o feminismo não é consensual. A percepção das transformações que ocorreram em relação à condição feminina permite perceber as aproximações e distanciamentos nas ideias e práticas de duas mulheres de diferentes tempos e espaços: a educadora libertária Maria Lacerda de Moura e a intelectual contemporânea Judith Butler. A primeira defende a luta transversal a todo tipo de autoritarismo que oprime a livre existência humana. Entrou em contenda com o movimento sufragista, do começo do século XX, por entender que a conquista do voto feminino não reverteria a situação de opressão em que se encontravam as mulheres. Propondo a educação como instrumento emancipatório, Maria Lacerda de Moura recusa a ideia de representatividade, por entender que o exercício da liberdade se dá através da consciência de si e propõe subverter os papéis sociais impostos tanto aos homens, quanto às mulheres. Judith Butler, por sua vez, questiona a construção das identidades e propõe re-construir a categoria “mulheres” como múltipla e contingente. Recusando o conceito de “unidade” *a priori*, identifica na “mulher universal” reproduções do autoritário modelo do “sujeito universal”. A escritora propõe repensar o sujeito do feminismo, fruto de relações de poder e produzido discursivamente, para libertá-lo dos condicionamentos sociais. As duas personagens aproximam-se pelo potencial profundamente subversivo, desestabilizador, crítico e intempestivo de suas produções.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Referências

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 2ª ed.

_____. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”*. Cadernos Pagu, São Paulo, 1998, n.11, pp. 11-42.

CHAMBOULEYRON, I. C. A tensão entre modernidade e pós-modernidade na crítica à exclusão *no feminismo*. 2009. 140f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GONÇALVES, A. L. História & Gênero. In: _____. *História &... Reflexões*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 1, n. 103, ano XXVII, mai. 1919.

LEITE, M. L. M. A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LOURO, Guacira Lopes. Identidades, história, representação. In: CATANI, Denice; BUENO, Belmira; SOUZA, Cynthia Pereira de; SOUZA, Maria Cecília de. *Docência, memória e gênero: estudos sobre a formação*. São Paulo: Escrituras Editora, 1997. (pp.17-32).

MACEDO, A. G. Pós-feminismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(3): 272, set.-dez./2006

MACEDO, E. D. V. Uma luta justa. e elegante: os feminismos conflituantes de Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura na década de 1920. In: *Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*. Niterói: EdUFF, 2003. v. 3, n. 2.

MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S.; MENEZES, C. S. A mulher e a educação: pelos fios das memórias. In: MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S. (Orgs.). *Educação e educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009, v. 1.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, set.-dez./2005.

MIRANDA, J. V. “Recuso-me”! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. 2006. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

POSSAS, L. M. V. Gênero, mulher e mulheres: aprimorando ferramentas e retomando narrativas em outro tempo. In: *O historiador e seu tempo: encontros com a história*. FERREIRA, A. C.; BEZERRA, H. G.; DE LUCA, T. R. (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

RAGO, M. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. Disponível em http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo_e_subjetividade.pdf. Acesso em 30/03/2012.

